



SUMÁRIO

Capítulo I

INSERÇÃO DO MEIO AMBIENTE LABORAL. NOS SISTEMAS DE SEGURANÇA E SAÚDE NO TRABALHO E DE DIREITOS HUMANOS E FUNDAMENTAIS	17
Bibliografia	30

Capítulo II

SEGURANÇA E SAÚDE NO TRABALHO: Enfoques Gerais	31
1. Introdução	31
2. Introdução às normas de segurança e saúde no trabalho	38
2.1. Inspeção prévia	50
2.2. Embargo ou interdição	52
2.3. Órgãos de segurança e de medicina do trabalho nas empresas	53
2.3.1. Serviços Especializados em Engenharia de Segurança e em Medicina do Trabalho (SESMT)	54
2.3.2. Comissão Interna de Prevenção de Acidentes e de Assédio (CIPA)	59
2.4. Equipamento de proteção individual	66
2.5. Medidas preventivas de saúde no trabalho	71
2.6. Edificações	75

2.7.	Iluminação	76
2.8.	Conforto térmico	77
2.9.	Programa de Gerenciamento de Riscos – PGR	78
2.10.	Instalações elétricas	80
2.11.	Movimentação, armazenagem e manuseio de materiais	82
2.12.	Máquinas e equipamentos	83
2.13.	Caldeiras, fornos e recipientes sob pressão	84
2.14.	Atividades insalubres e perigosas	86
2.15.	Prevenção da fadiga	93
2.16.	Condições e meio ambiente de trabalho na indústria da construção	95
2.17.	Explosivos	97
2.18.	Líquidos combustíveis e inflamáveis	98
2.19.	Trabalho a céu aberto	98
2.20.	Saúde e segurança ocupacional na mineração	99
2.21.	Proteção contra incêndios	99
2.22.	Condições de higiene e de conforto nos locais de traba- lho	100
2.23.	Resíduos industriais	101
2.24.	Sinalização e identificação de segurança	102
2.25.	Registro profissional do técnico de segurança do traba- lho	105
2.26.	Fiscalização e penalidades	107
2.27.	Segurança e saúde no trabalho portuário	108
2.28.	Segurança e saúde no trabalho aquaviário	111
2.29.	Segurança e saúde no trabalho na agricultura, pecuária, silvicultura, exploração florestal e aquicultura	115
2.30.	Segurança e saúde no trabalho em serviços de saúde	121
2.31.	Segurança e saúde nos trabalhos em espaços confinados ...	122
2.32.	Meio ambiente de trabalho na indústria da construção, reparação e desmonte naval	125
2.33.	Trabalho em altura	126

2.34. Segurança e saúde no trabalho em empresas de abate e processamento de carnes e derivados	128
2.35. Segurança e saúde em plataformas de petróleo	130
2.36. Segurança e saúde no trabalho nas atividades de limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos	136
Bibliografia	138

Capítulo III

RESPONSABILIDADE CIVIL DO EMPREGADOR NA INDENIZAÇÃO ACIDENTÁRIA: Interpretação constitucional e proposta de aperfeiçoamento	139
1. Introdução	139
2. Dano moral e material	141
2.1. Assédio moral e assédio sexual	144
2.2. Violência psicológica no meio ambiente de trabalho	149
3. Responsabilidade civil e relação jurídica de trabalho	153
4. Requisitos da indenização por danos morais e materiais	155
5. Responsabilidade objetiva e o Código de Defesa do Consumidor	156
6. Responsabilidade civil e o Código Civil de 2002	160
7. Prescrição da indenização por dano moral e material decorrente de acidente do trabalho ou doença ocupacional	162
8. Responsabilidade civil do empregador no acidente do trabalho	173
9. Responsabilidade civil do empregador por ato de terceiro	187
9.1. Responsabilidade civil nos casos de trabalho temporário e terceirização	189
10. Critérios para a fixação da indenização por danos morais e materiais	193
11. Conclusão	198
Bibliografia	199

Capítulo IV

DEPRESSÃO E “BURNOUT” NO MEIO AMBIENTE DO TRABALHO: Considerações jurídicas, sociais e científicas	203
1. Notas sobre a depressão e a síndrome do esgotamento profissional	203
2. Fatores causadores da depressão e condições desfavoráveis de trabalho	206
3. Dificuldades no reconhecimento da depressão como doença profissional	207
4. Transtornos mentais no plano legislativo	209
5. Doenças do trabalho na legislação previdenciária	209
6. A possibilidade de caracterização da depressão como doença do trabalho	210
7. Nexo causal da depressão como doença profissional	215
7.1. Nexo técnico epidemiológico e depressão como doença ocupacional	216
8. Conclusão	219
Bibliografia	221

Capítulo V

CONTROVÉRSIAS SOBRE A ESTABILIDADE ACIDENTÁRIA	223
1. Introdução	223
2. Estabilidade acidentária na jurisprudência	224
2.1. Constitucionalidade do art. 118 da Lei 8.213/1991	224
2.2. Período de estabilidade exaurido	224
2.3. Estabilidade adquirida no curso do aviso prévio	225
2.4. Estabilidade em contrato a prazo determinado	228
2.5. Estabilidade acidentária e norma coletiva: limites e exigência de atestado médico	231
2.6. Reintegração do empregado estável por meio de tutela provisória	232
2.7. Pressupostos para a aquisição da estabilidade acidentária	233

2.8. Duração da estabilidade acidentária	235
3. Estabilidade acidentária e aposentadoria por invalidez (incapacidade permanente) posterior a auxílio-doença acidentário	237
4. Estabilidade acidentária de empregado sem contrato de trabalho formalizado	242
5. Estabilidade acidentária sem emissão de CAT	244
Bibliografia	247

Capítulo VI

ADICIONAL DE INSALUBRIDADE E SUA BASE DE CÁLCULO	249
1. Introdução	249
2. Alcance do óbice constitucional de vinculação ao salário mínimo	250
3. Alcance do termo “remuneração” no art. 7.º, XXIII, da Constituição	265
4. Adicional de insalubridade e salário profissional	270
5. Adicional de insalubridade e servidores públicos	276
Bibliografia	287

Capítulo VII

MEIO AMBIENTE DO TRABALHO: Periculosidade e exposição a radiações ionizantes	289
1. Introdução	289
2. Atividades sujeitas ao adicional de periculosidade	289
3. Portaria 518/2003	292
Bibliografia	297

Capítulo VIII

ADICIONAL DE PERICULOSIDADE E SUA BASE DE CÁLCULO	299
1. Introdução	299

2. Base de cálculo do adicional de periculosidade	307
3. Cumulação dos adicionais de insalubridade e de periculosidade	312
Bibliografia	319